



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

## PREGÃO ELETRÔNICO

011/2026

## CONTRATANTE (UASG)

932895- PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

## OBJETO

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COMPREENDENDO A RECARGA, O FORNECIMENTO E A ENTREGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL EM CILINDROS, COM DISPONIBILIZAÇÃO DOS RESPECTIVOS CILINDROS EM REGIME DE COMODATO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.**

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 90.567,60 (noventa mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos).**

## DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/02/2026 às 09h00min (horário de Brasília)

## LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

Portal Compras Gov - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

**MENOR PREÇO GLOBAL**

## MODO DE DISPUTA:

**ABERTO E FECHADO**

## LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS

**NÃO**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

## PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE IGUAÇU**, por meio do setor de licitações e contratos, sediado na Rua Otávio Pedro da Silva, nº 294, centro, CEP 87750-000, Iguaçu, Paraná, realizará licitação na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 074/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, através de sua **PREGOEIRA** e equipe de apoio, nomeados pela Portaria de nº 001/2026.

### 1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de oxigênio medicinal, compreendendo a recarga, o fornecimento e a entrega de oxigênio medicinal em cilindros, com disponibilização dos respectivos cilindros em regime de comodato, destinados ao atendimento das unidades de saúde do Município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

### 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que tenham ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

## 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

3.1.1. Não haverá previsão de apresentação de preços diferentes para os itens sob nenhuma hipótese.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não”, impedirá o prosseguimento no certame para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

### 4.1.1. Valor unitário por item.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último **por ele** ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (UM REAL)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"** os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá** admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.16. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.17. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.18. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.19. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.20. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.24. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.24.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.24.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.24.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.25.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.25.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.25.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.25.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.25.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.25.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.25.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.25.2.2. empresas brasileiras;

5.25.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.25.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.26.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.26.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.26.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat ou e-mail pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

6.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.8.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

- 6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.13. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, cópia ou por meio digital, com autenticador.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.12. A verificação, pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):
- 7.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

## 7.19. Exigências de habilitação

7.19.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 7.20. Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21)

7.21. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

7.22. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

7.23. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

7.24. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.25. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.26. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

7.27. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

7.28. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.29. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

7.30. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.31. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**7.32. Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21)**

7.33. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

7.34. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.35. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

7.36. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.37. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.38. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

7.39. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

7.40. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.41. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.42. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**7.43. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21)**

7.44. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), expedida em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública.

**7.45. Qualificação Técnica (Art. 67. Lei 14.133/21)**

a) Autorização de Funcionamento da empresa licitante junto a ANVISA;

b) Deverá ser apresentado a Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA (AFE) para fabricação e/ou envasamento de gases medicinais.

c) No caso de distribuidora de gases medicinais, a empresa participante deverá apresentar AFE do fabricante/ envasadora a qual a mesma representa, bem como declaração que ateste o fornecimento do produto a distribuidora/revendedora;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

d) Estando a Empresa em processo de renovação da autorização, é necessário o envio da publicação anterior e o protocolo de solicitação de acordo com a RDC 16/2014 art. 19 e 20º. (Essa RDC é exclusiva para a renovação de AFE de gases medicinais. De acordo com a Lei nº 13.043 de 13 de novembro de 2014, anexo II, a AFE de produtos para a saúde não tem mais vencimento).

e) Apresentar Licença Sanitária Estadual ou Municipal;

f) Licença Sanitária ou Alvará Sanitário da empresa licitante, expedida pelo Departamento de Vigilância Sanitária, devidamente atualizada, pertinente com o objeto licitado, autorizando exercer atividades de comercialização e ou fabricação/embalagem do objeto licitado/cotado.

7.46. Deverá apresentar a **Declaração Unificada**.

## 8. DO CONTRATO

---

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

8.3. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

8.4. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.5. O contrato será assinado por meio de assinatura física ou digital e disponibilizado no Portal da Transparência do Município.

8.6. Serão formalizados tantos Contratos quantos forem necessários para o atender todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do (s) item (ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

8.7. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.8. O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua assinatura, em conformidade com as disposições estabelecidas no Plano de Trabalho integrante do Convênio nº 0595/2025.

## 9. DOS RECURSOS

---

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do município: <https://www.iguaracu.pr.gov.br/>

## 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.5. Fraudar a licitação;

10.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

- 10.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 10.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 10.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 10.2.1. Advertência;
  - 10.2.2. Multa;
  - 10.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
  - 10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 10.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 10.3.2. As peculiaridades do caso concreto
  - 10.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 10.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 10.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
  - 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

- 10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: pela plataforma **ComprasGov** em campo próprio ou e-mail eletrônico: [licitacao@iguaracu.pr.gov.br](mailto:licitacao@iguaracu.pr.gov.br)
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no sítio eletrônico do município e endereço eletrônico: <https://www.iguaracu.pr.gov.br/> e endereço eletrônico [licitacao@iguaracu.pr.gov.br](mailto:licitacao@iguaracu.pr.gov.br)

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 12.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.
- 12.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;
- 12.11.3. ANEXO III – Declaração Unificada;
- 12.11.4. ANEXO IV – Minuta Contratual;

Iguaçu/PR, 06 de fevereiro de 2026.

**Claudio Aparecido Bernin**  
**Prefeito Municipal**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026

EDITAL DE PREGÃO Nº 011/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### **1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO, QUANTITATIVO, PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “a” e “i”)**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de oxigênio medicinal, compreendendo a recarga, o fornecimento e a entrega de oxigênio medicinal em cilindros, com disponibilização dos respectivos cilindros em regime de comodato, destinados ao atendimento das unidades de saúde do Município, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e condições estabelecidas neste instrumento.

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Carga	140	OXIGENIO MEDICINAL DE 0,3 A 1 M <sup>3</sup>	R\$ 150,00	R\$ 21.000,00
2	Carga	80	OXIGENIO MEDICINAL DE 1,5 A 4M <sup>3</sup>	R\$ 168,12	R\$ 13.449,60
3	Carga	200	OXIGENIO MEDICINAL 10 M <sup>3</sup>	R\$ 280,59	R\$ 56.118,00
VALOR TOTAL MÁXIMO					R\$ 90.567,60

**OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição do COMPRAS GOV e a do Edital, prevalecerá a descrição constante no Edital.**

1.2. O valor máximo estimado da contratação é de R\$ 90.567,60 (noventa mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos).

1.3. O objeto desta contratação caracteriza-se como bem comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o oxigênio medicinal possui especificações técnicas padronizadas, usuais e amplamente praticadas no mercado, com padrões de qualidade, pureza e segurança objetivamente definidos por normas sanitárias e regulatórias, especialmente aquelas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, não demandando soluções técnicas personalizadas, inovadoras ou de elevada complexidade.

1.4. O objeto da presente contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme critérios estabelecidos no Decreto Municipal nº 074/2023, tratando-se de bem essencial à continuidade dos serviços públicos de saúde, indispensável à preservação da vida, à segurança assistencial e ao atendimento regular da população usuária da rede municipal de saúde.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

1.6. O prazo de vigência do contrato administrativo decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente por até 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, mantidas as condições inicialmente pactuadas e assegurada a correspondente disponibilidade orçamentária, considerando-se a natureza contínua e essencial do fornecimento do bem.

1.7. A presente licitação será realizada sob o regime de ampla concorrência, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, não sendo aplicável a adoção de cotas ou reserva de participação, em razão da natureza indivisível do objeto, conforme devidamente justificado no Estudo Técnico Preliminar.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência e do ETP.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’)**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **3.2. Do ciclo de vida do objeto e garantia de qualidade do objeto**

Não se aplica.

### **Da Padronização dos produtos que integram o objeto**

3.3. Os itens não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES nº 938/2022.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21)**

### **Dos Critérios de Sustentabilidade**

4.1. Deverão ser adotadas todas as ações necessárias para que a contratação cause o menos dano possível ao meio ambiente, conforme medidas indicadas em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar.

### **Da Indicação de Marcas ou Modelos ([Art. 41, inciso I, “d”, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):**

4.2. São consideradas como marcas de referência as seguintes:

### **4.3. Da Subcontratação**

4.3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

### **4.4. Do Parcelamento**

4.4.1. A presente contratação não adota o parcelamento, de acordo com a justificativa constante no tópico 7 do estudo técnico preliminar.

### **Do Orçamento Sigiloso**

4.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.



## **Da Exigência de Amostra**

4.6. Não haverá a exigência de apresentação de amostras.

## **4.7. Da Garantia da Contratação**

4.7.1. Não será exigida a garantia contratual tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento contínuo de bem comum, com especificações padronizadas, execução regular, baixo grau de complexidade operacional e riscos contratuais adequadamente mitigados por meio das cláusulas contratuais, da fiscalização administrativa e das sanções previstas no instrumento contratual.

## **5. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)**

5.1. A execução contratual compreenderá o fornecimento contínuo e regular de oxigênio medicinal, mediante entregas semanais programadas, bem como entregas emergenciais sempre que necessário, de modo a assegurar o atendimento ininterrupto das unidades de saúde municipais e evitar qualquer risco de desabastecimento.

5.2. As entregas serão realizadas conforme solicitação da Administração, observadas as necessidades assistenciais e o consumo efetivo das unidades de saúde, devendo a contratada manter capacidade logística e operacional suficiente para atendimento integral da demanda, inclusive em situações excepcionais ou de aumento imprevisto de consumo.

5.3. Para a adequada execução do objeto, a contratada deverá disponibilizar, em regime de comodato, os cilindros necessários ao armazenamento e à utilização do oxigênio medicinal, responsabilizando-se integralmente pela manutenção, substituição, certificação, segurança e conformidade técnica dos recipientes.

5.4. Deverão ser disponibilizados, no mínimo, os seguintes cilindros em comodato:

- a) 02 (dois) cilindros com capacidade de 0,3 m<sup>3</sup> a 1 m<sup>3</sup>;
- b) 08 (oito) cilindros com capacidade de 1,5 m<sup>3</sup> a 4 m<sup>3</sup>;
- c) 08 (oito) cilindros com capacidade de 10 m<sup>3</sup>.

5.5. Os cilindros deverão estar em perfeitas condições de uso, devidamente identificados, certificados e em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes, sendo vedado o fornecimento de recipientes avariados, vencidos ou em desacordo com as exigências da ANVISA e demais órgãos competentes.

5.6. A contratada deverá proceder à substituição imediata dos cilindros vazios por cilindros cheios, sempre que solicitado pela Administração, garantindo a continuidade do fornecimento e a manutenção de estoque mínimo de segurança nas unidades de saúde.

5.7. O descumprimento dos prazos de entrega, inclusive em situações emergenciais, ou o fornecimento em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

5.8. Nas hipóteses de necessidade emergencial, caracterizadas por risco iminente de desabastecimento ou comprometimento do atendimento assistencial, a contratada deverá realizar a entrega do oxigênio medicinal no prazo máximo de até 12 (doze) horas, contadas a partir da solicitação formal da Administração, independentemente da programação regular de entregas semanais.

5.9. A licitante vencedora será a única e exclusiva responsável pela qualidade do oxigênio medicinal fornecido, bem como pela conformidade dos cilindros disponibilizados em regime de comodato, respondendo integralmente pelo atendimento às especificações técnicas, sanitárias e regulatórias exigidas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

5.10. O oxigênio medicinal e/ou os cilindros fornecidos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as especificações técnicas, sanitárias ou operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato administrativo, ficando a Contratada obrigada a substituir o produto e/ou os recipientes irregulares, às suas expensas, sempre que constatada qualquer inconformidade.

5.10.1. Caso o oxigênio medicinal seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos ou em quantidade inferior à solicitada, a Contratada deverá proceder à substituição ou complementação no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da comunicação formal da Administração, sem prejuízo do atendimento emergencial quando caracterizada situação de risco de desabastecimento.

5.11. O não atendimento à substituição ou correção no prazo estabelecido caracterizará atraso na execução contratual, sujeitando a Contratada à aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.

5.12. A Contratada responderá integralmente, nas esferas civil, administrativa e penal, por todo e qualquer dano causado ao Município, a seus servidores, usuários do Sistema Único de Saúde – SUS ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão relacionada ao fornecimento, transporte, armazenamento, manuseio e qualidade do oxigênio medicinal, bem como à utilização de cilindros inadequados, defeituosos ou em desacordo com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

5.12.1. Tal responsabilidade abrange, inclusive, mas não se limita a falhas de qualidade do produto, descumprimento das normas da ANVISA, irregularidades nos recipientes, riscos à segurança assistencial, desabastecimento, atrasos injustificados ou qualquer outra deficiência que comprometa a continuidade e a segurança do atendimento em saúde, não cabendo à Administração Pública qualquer responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes.

5.13. A Contratada deverá fornecer o oxigênio medicinal e disponibilizar os cilindros em regime de comodato em estrita conformidade com as especificações técnicas, sanitárias e quantitativas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como com as solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo vedada qualquer alteração de características, padrões de qualidade, volumes ou formas de acondicionamento sem prévia e expressa autorização da Administração.

5.14. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o oxigênio medicinal e/ou os cilindros fornecidos em desacordo com este Termo de Referência. Constatada, a qualquer tempo, inclusive após o



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

recebimento provisório ou durante a utilização, a existência de defeitos, inconformidades técnicas, irregularidades sanitárias ou inadequação dos recipientes, a Contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias, no prazo fixado pela Administração.

5.15. O oxigênio medicinal e/ou os cilindros fornecidos em desacordo com o solicitado deverão ser substituídos ou regularizados, às expensas da Contratada, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da notificação da Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de suspensão dos pagamentos correspondentes e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

5.16. Independentemente do recebimento definitivo, a Contratada deverá assegurar a qualidade, pureza e segurança do oxigênio medicinal fornecido, obrigando-se a substituir, sem qualquer ônus adicional para a Administração, o produto ou os cilindros que apresentarem falhas, defeitos, irregularidades sanitárias, vícios ou descumprimento das normas da ANVISA, durante toda a vigência contratual.

## **5.9. Das obrigações da Contratada**

5.9.1. Fornecer o oxigênio medicinal sempre que demandada pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante Autorização de Fornecimento, observando rigorosamente as especificações técnicas, sanitárias e quantitativas previstas neste Termo de Referência.

5.9.2. Fornecer oxigênio medicinal em plenas condições de uso, dentro dos padrões de qualidade exigidos pela ANVISA, com rastreabilidade, identificação de lote, validade e responsabilidade técnica.

5.9.3. Realizar, sem qualquer ônus para o Município, a substituição do oxigênio medicinal e/ou dos cilindros que apresentarem inconformidades, defeitos, irregularidades técnicas ou sanitárias, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou em prazo inferior quando caracterizada situação emergencial.

5.9.4. Assumir integral e exclusivamente todos os custos e encargos necessários à execução do objeto, incluindo tributos, taxas, seguros, transporte, logística, manutenção dos cilindros em comodato, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

5.9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao Município, aos usuários do SUS ou a terceiros, decorrentes do fornecimento inadequado de oxigênio medicinal ou do uso de cilindros irregulares, isentando integralmente a Administração de quaisquer ônus.

5.9.6. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, inclusive autorizações da ANVISA.

5.9.7. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar o objeto, salvo autorização expressa da Administração.

5.9.8. Garantir que eventual inadimplência relativa a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais não será transferida à Administração Pública.

5.9.9. Atender prontamente às determinações da Administração, permitindo e facilitando a fiscalização do fornecimento

5.9.10. Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa comprometer a execução contratual ou o abastecimento.

5.9.11. Indicar formalmente preposto responsável pela execução contratual e pelo recebimento de comunicações oficiais.

5.9.12. Cumprir integralmente a legislação trabalhista e demais normas legais aplicáveis.

5.9.13. Permanecer como única e exclusiva responsável pela execução integral do objeto contratado, não podendo transferir responsabilidades técnicas, operacionais ou legais a terceiros.



## **5.10. Das Obrigações da Contratante**

5.10.1. Proporcionar todas as condições administrativas, operacionais e institucionais necessárias para que a Contratada possa fornecer o oxigênio medicinal de forma regular, contínua e segura, em conformidade com as especificações técnicas, normas sanitárias, disposições deste Termo de Referência e do instrumento contratual.

5.10.2. Indicar e disponibilizar local adequado, seguro e acessível para o recebimento, armazenamento temporário e manuseio dos cilindros de oxigênio medicinal, observadas as normas da ANVISA, do Corpo de Bombeiros e demais regulamentos técnicos aplicáveis.

5.10.3. Formalizar as solicitações de fornecimento, inclusive as demandas emergenciais, por meio de comunicação oficial, indicando quantitativos, prazos e local de entrega, a fim de evitar descontinuidade no abastecimento.

5.10.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o oxigênio medicinal e/ou os cilindros fornecidos em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos, prazos ou condições contratuais, notificando formalmente a Contratada para adoção das providências corretivas cabíveis, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas.

5.10.5. Efetuar o pagamento devido à Contratada de forma pontual, após a regular liquidação da despesa, condicionada à comprovação do efetivo fornecimento do oxigênio medicinal, à conferência quantitativa e qualitativa do produto entregue, bem como à apresentação da documentação fiscal regular.

5.10.6. Exercer a fiscalização permanente da execução contratual, acompanhando o fornecimento do oxigênio medicinal, a regularidade das entregas semanais e emergenciais, bem como as condições dos cilindros fornecidos em regime de comodato.

5.10.7. Designar formalmente fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, responsável pelo acompanhamento da execução contratual, registro de ocorrências, solicitação de providências corretivas e comunicação à autoridade competente em caso de irregularidades.

5.10.8. Fornecer à Contratada todas as informações, orientações e documentos necessários à adequada execução do contrato, inclusive quanto aos protocolos internos da Secretaria Municipal de Saúde e às normas aplicáveis ao fornecimento de oxigênio medicinal.

5.10.9. Proceder ao recebimento provisório e definitivo do objeto, após verificação da conformidade do oxigênio medicinal fornecido e dos cilindros disponibilizados em comodato com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

5.10.10. Analisar, aprovar e atestar as notas fiscais/faturas apresentadas pela Contratada, desde que devidamente acompanhadas da comprovação do fornecimento, bem como da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida em lei.

5.10.11. Comunicar formalmente à Contratada qualquer anormalidade, inconsistência ou irregularidade identificada no fornecimento do oxigênio medicinal ou nas condições dos cilindros, adotando as medidas necessárias para resguardar o interesse público e a continuidade do atendimento em saúde.

5.10.12. Comunicar à autoridade competente a necessidade de aplicação de sanções administrativas sempre que constatado descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)**

6.1. O contrato deverá ser executado de forma fiel, contínua e eficiente pelas partes, em estrita observância às cláusulas pactuadas, ao Termo de Referência, à proposta vencedora e às disposições da



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial do objeto contratado, nos termos da legislação aplicável.

6.2. A gestão e a fiscalização do contrato observarão o disposto nos arts. 117 e 118 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração Municipal designar formalmente gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento sistemático do fornecimento do oxigênio medicinal, do cumprimento dos prazos de entrega regulares e emergenciais, bem como da conformidade técnica do produto e dos cilindros fornecidos em regime de comodato.

6.3. O controle da execução contratual será realizado com base nos registros de fornecimento, notas fiscais, comprovantes de entrega, controle de volumes fornecidos, verificações qualitativas do produto, bem como demais documentos necessários à aferição da regular execução do objeto e à liquidação da despesa.

6.4. Em caso de impedimento, suspensão ou paralisação do fornecimento por motivo devidamente justificado e reconhecido pela Administração, o prazo de execução contratual poderá ser ajustado proporcionalmente ao período da interrupção, mediante registro formal da ocorrência, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, desde que não haja alteração do objeto ou do valor contratual.

6.5. As comunicações entre a Administração Municipal e a Contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de meios eletrônicos institucionais, desde que assegurada a autenticidade, rastreabilidade e comprovação do recebimento.

6.6. A Administração poderá, a qualquer tempo, convocar o representante ou preposto da Contratada para adoção de providências que demandem atuação imediata, inclusive para esclarecimentos técnicos, correção de falhas no fornecimento, regularização de entregas, substituição de cilindros ou atendimento a determinações da fiscalização.

6.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá realizar reunião inicial de alinhamento, com a participação do gestor e fiscal do contrato e do representante da Contratada, para apresentação e validação dos procedimentos de execução e fiscalização, contendo, no mínimo:

- I. as obrigações contratuais e responsabilidades das partes;
- II. os procedimentos de fornecimento do oxigênio medicinal e logística de entrega;
- III. os critérios de controle quantitativo e qualitativo do produto;
- IV. os prazos de entrega regulares e emergenciais;
- V. as rotinas de comunicação, registro e fiscalização;
- VI. as sanções administrativas aplicáveis em caso de descumprimento contratual.

6.8. A gestão do contrato deverá adotar abordagem preventiva e corretiva, priorizando a identificação antecipada de riscos de desabastecimento, falhas no fornecimento ou inadequações técnicas, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas quando constatadas irregularidades ou prejuízo ao interesse público.

## **Da Fiscalização**

6.9. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração Municipal, por meio de fiscal(is) do contrato e respectivos substitutos, formalmente designados, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais e legais assumidas pela Contratada.

## **6.10. Fiscalização Técnica**



6.10.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#))

6.10.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.10.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## **6.11. Fiscalização Administrativa**

6.11.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. O fiscal Administrativo é João Vitor de Oliveira Andrade – Diretor do Departamento Municipal de Administração e Programa de Atenção Básica em Saúde, matrícula 1201.

## **Gestor do Contrato**

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.23. Fica nomeado como gestor contratual a Sr. Valdemir Santo Canavezi Junior, matrícula 599, Secretário Municipal de Saúde.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)**

### **Do Recebimento**

7.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.





7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e





f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

7.22. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias, após o aceite da **nota fiscal eletrônica e atesto de entrega dos produtos** acompanhados obrigatoriamente de **Certidões Negativas de FGTS/UNIFICADA**, Certidão Negativa de Tributos Municipais (para empresas sediadas no Município de Iguaraçu) e pelo termo de Recebimento assinado por Servidor designado pela Administração deste Município.

7.22.1. O prazo mencionado refere-se à documentação apresentada sem incorreções. No caso de documentação apresentada com incorreções ou com prazo de validade vencido os mesmos serão devolvidos à contratada para nova apresentação.

7.22.2. É de Obrigatoriedade da empresa contratada ao emitir a(s) Notas(s) Fiscal(is), conforme Solicitação(ões) de despesa(s), Enviar para o e-mail da secretaria responsável para o devido empenho: [compras@iguaracu.pr.gov.br](mailto:compras@iguaracu.pr.gov.br)

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.



## Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei nº 14.133/21)

### Da modalidade e critério de julgamento

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

### Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21)

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21)**

8.14. Prova de **inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**.

8.17. Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.18. Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou Estadual** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.19. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.20. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.21. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21)**

8.24. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#)), expedida em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública.

## **8.25. Qualificação Técnica (Art. 67. Lei 14.133/21)**

a) Autorização de Funcionamento da empresa licitante junto a ANVISA;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

- b) Deverá ser apresentado a Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA (AFE) para fabricação e/ou envasamento de gases medicinais.
- c) No caso de distribuidora de gases medicinais, a empresa participante deverá apresentar AFE do fabricante/ envasadora a qual a mesma representa, bem como declaração que ateste o fornecimento do produto a distribuidora/revendedora;
- d) Estando a Empresa em processo de renovação da autorização, é necessário o envio da publicação anterior e o protocolo de solicitação de acordo com a RDC 16/2014 art. 19 e 20º. (Essa RDC é exclusiva para a renovação de AFE de gases medicinais. De acordo com a Lei nº 13.043 de 13 de novembro de 2014, anexo II, a AFE de produtos para a saúde não tem mais vencimento).
- e) Apresentar Licença Sanitária Estadual ou Municipal;
- f) Licença Sanitária ou Alvará Sanitário da empresa licitante, expedida pelo Departamento de Vigilância Sanitária, devidamente atualizada, pertinente com o objeto licitado, autorizando exercer atividades de comercialização e ou fabricação/envasamento do objeto licitado/cotado.

## Da Participação de Cooperativas

8.26. Tratando-se de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.26.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.26.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.26.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.26.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.26.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.26.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.33.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## Declarações

8.27. Deverá apresentar a **Declaração Unificada**.

## Requisitos contratuais

8.29. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:



- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.30. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.31. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.32. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.32.1. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.33. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei nº 14.133/21)**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**521 – 12.002.10.301.0010.2044.33.90.30.00.00**

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026

EDITAL DE PREGÃO Nº 011/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO

## APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SIGILO: ( ) SIM ( X ) NÃO

Órgão que será atendido pelo Estudo:

Secretaria Municipal de Saúde

### 1. IDENTIFICAÇÃO E DEFINIÇÃO DO OBJETIVO DO ESTUDO

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade identificar, caracterizar e analisar, de forma técnica, jurídica, operacional, econômica e sanitária, a melhor solução disponível para atender à necessidade da Prefeitura Municipal de Iguaçu/PR quanto ao fornecimento contínuo, seguro e regular de oxigênio medicinal, destinado ao atendimento das demandas assistenciais das unidades de saúde municipais.

1.2. A demanda decorre da obrigação legal do Município de assegurar o pleno funcionamento dos serviços públicos de saúde, nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição Federal, da Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) e da Lei nº 14.133/2021, sendo o oxigênio medicinal insumo essencial e indispensável para a prestação de atendimentos de urgência, emergência, internação, procedimentos ambulatoriais e suporte terapêutico à população.

1.3. O problema público a ser enfrentado consiste na necessidade permanente de garantir o fornecimento ininterrupto de oxigênio medicinal às unidades de saúde do Município, considerando tratar-se de insumo crítico, cuja indisponibilidade ou fornecimento inadequado pode ocasionar riscos imediatos à saúde e à vida dos pacientes, além de expor a Administração Pública a responsabilizações administrativas, civis e penais.

1.4. Nesse contexto, o fornecimento de oxigênio medicinal exige observância rigorosa às normas sanitárias e regulatórias aplicáveis, em especial às disposições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, notadamente a RDC nº 69/2008 e demais normas técnicas pertinentes, bem como às boas práticas de armazenamento, transporte, rastreabilidade e controle de qualidade do produto.

1.5. O objetivo central deste Estudo Técnico Preliminar é avaliar, de forma comparativa e fundamentada, as alternativas disponíveis no mercado para o fornecimento de oxigênio medicinal, considerando, entre outros aspectos:

- a) a natureza essencial, contínua e ininterrupta do insumo para a rede pública de saúde;
- b) o perfil de consumo das unidades de saúde municipais;
- c) os riscos assistenciais e sanitários associados à descontinuidade do fornecimento;
- d) a viabilidade técnica e operacional das soluções disponíveis;
- e) a compatibilidade econômica com a realidade orçamentária do Município;
- f) a conformidade com a legislação sanitária, administrativa e de compras públicas.





1.6. O presente estudo não se limita a justificar uma futura contratação, mas visa demonstrar, de forma técnica e documentada, que a solução a ser adotada pela Administração Municipal representa a alternativa mais adequada, segura e vantajosa para a resolução do problema público identificado, assegurando a continuidade dos serviços de saúde, a proteção da vida e da saúde da população e a observância dos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da segurança jurídica e do interesse público, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

## 2. REFERÊNCIA AO PLANO ANUAL DE COMPRAS

2.1. A contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), uma vez que o município ainda não formalizou seu PCA para o exercício de 2026, não havendo, portanto, previsão específica para essa demanda no planejamento anual.

## 3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A necessidade da presente contratação decorre da obrigação legal, permanente e inafastável do Município de Iguaçu/PR de assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços públicos de saúde, em especial daqueles que demandam o uso de oxigênio medicinal como insumo essencial ao atendimento clínico, hospitalar e ambulatorial da população.

3.2. Nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição Federal, da Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) e das normas do Sistema Único de Saúde – SUS, compete ao Município garantir condições adequadas para a prestação dos serviços de saúde, incluindo o fornecimento de insumos indispensáveis à preservação da vida e à recuperação da saúde dos usuários. O oxigênio medicinal enquadra-se como produto para saúde de uso crítico, indispensável para atendimentos de urgência e emergência, internações, procedimentos terapêuticos e suporte ventilatório.

3.3. O problema público enfrentado reside no fato de que o Município não dispõe de meios próprios para produção, envase, armazenamento e distribuição de oxigênio medicinal, atividades que exigem infraestrutura específica, tecnologia adequada, licenciamento sanitário e controle rigoroso de qualidade, conforme regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Tal realidade inviabiliza a execução direta do fornecimento pela Administração, impondo a necessidade objetiva de contratação de empresa especializada, devidamente autorizada e licenciada.

3.4. Ressalte-se que a demanda por oxigênio medicinal apresenta caráter contínuo, essencial e ininterrupto, estando diretamente vinculada à rotina assistencial das unidades de saúde municipais. A eventual interrupção, atraso ou fornecimento inadequado desse insumo configura risco imediato à saúde e à vida dos pacientes, além de comprometer o funcionamento regular da rede pública de saúde e sujeitar o Município e seus gestores a graves responsabilizações administrativas, civis e penais.

3.5. O fornecimento de oxigênio medicinal está submetido a rígidos requisitos técnicos, sanitários e regulatórios, notadamente aqueles estabelecidos pela ANVISA, em especial a RDC nº 69/2008 e demais normas aplicáveis, que disciplinam as condições de fabricação, envase, armazenamento, transporte, rastreabilidade e controle de qualidade do produto. O atendimento a tais exigências





demanda expertise técnica especializada e estrutura operacional que não se encontra disponível no âmbito da Administração Municipal.

3.6. Importa destacar que a contratação pretendida não se caracteriza como demanda eventual ou discricionária, mas sim como medida indispensável para assegurar a continuidade de serviço público essencial, cuja paralisação é juridicamente vedada e materialmente inaceitável. A ausência de solução contratual adequada para o fornecimento de oxigênio medicinal implicaria risco concreto de colapso assistencial, violando princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública e a política pública de saúde.

3.7. Diante desse contexto, a contratação revela-se necessária, urgente e plenamente justificada, constituindo providência imprescindível para garantir o atendimento contínuo, seguro e eficiente das demandas assistenciais do Município de Iguaraçu/PR, em estrita observância aos princípios do planejamento, da legalidade, da eficiência, da economicidade, da segurança sanitária e do interesse público, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os requisitos da presente contratação são definidos com a finalidade de assegurar o fornecimento adequado, contínuo, seguro e regular de oxigênio medicinal às unidades de saúde do Município, em conformidade com a legislação sanitária, administrativa e de compras públicas vigente, bem como com as boas práticas aplicáveis ao fornecimento de insumos essenciais à área da saúde.

4.2. A futura contratação deverá observar, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos, operacionais, sanitários e legais:

##### **4.2.1. Requisitos Técnicos e Sanitários**

- a) O oxigênio medicinal a ser fornecido deverá atender integralmente às especificações técnicas e padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, especialmente aqueles previstos na RDC nº 69/2008 e demais normas aplicáveis;
- b) A empresa contratada deverá estar regularmente autorizada pela ANVISA para a fabricação, envase, comercialização e distribuição de gases medicinais, conforme o escopo do objeto contratado;
- c) O produto deverá possuir rastreabilidade, com identificação de lote, data de envase, validade e responsável técnico, garantindo controle de qualidade e segurança sanitária;
- d) Os cilindros, recipientes ou sistemas de acondicionamento utilizados deverão atender às normas técnicas vigentes, encontrando-se em perfeitas condições de uso, conservação e segurança.

##### **4.2.2. Requisitos Operacionais e Logísticos**

- a) O fornecimento deverá ocorrer de forma contínua e regular, com periodicidade mínima de 01 (uma) entrega semanal, ou conforme demanda da Administração, sem prejuízo do atendimento a situações emergenciais;
- b) A logística de transporte, entrega e substituição dos recipientes será de responsabilidade integral da contratada, incluindo o carregamento, descarregamento e posicionamento nos locais indicados pela Administração;



- c) A contratada deverá assegurar capacidade operacional suficiente para atender integralmente a demanda municipal, inclusive em períodos de aumento excepcional de consumo;
- d) Deverá ser garantido atendimento emergencial, quando solicitado, em prazo compatível com a criticidade do insumo e com as necessidades assistenciais.

#### **4.2.3. Requisitos de Segurança e Armazenamento**

- a) O armazenamento do oxigênio medicinal deverá observar rigorosamente as normas técnicas e de segurança aplicáveis, incluindo orientações da ANVISA e do Corpo de Bombeiros;
- b) A contratada deverá orientar a Administração quanto às condições adequadas de armazenamento, quando necessário, e responder tecnicamente por eventuais não conformidades relacionadas ao produto fornecido;
- c) Os recipientes deverão ser identificados de forma clara, com informações visíveis sobre o conteúdo, riscos e procedimentos de segurança.

#### **4.2.4. Requisitos Regulatórios e Documentais**

- a) A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, todas as licenças, autorizações e registros exigidos pelos órgãos competentes, especialmente pela ANVISA;
- b) Deverá ser disponibilizada documentação comprobatória da regularidade sanitária e da qualidade do produto sempre que solicitado pela Administração;
- c) O descumprimento de quaisquer exigências regulatórias ensejará a aplicação das penalidades previstas no contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

#### **4.3. Cilindros em comodato**

4.3.1. Deverão ser disponibilizados, no mínimo, os seguintes cilindros em comodato:

- a) 02 (dois) cilindros com capacidade de 0,3 m<sup>3</sup> a 1 m<sup>3</sup>;
- b) 08 (oito) cilindros com capacidade de 1,5 m<sup>3</sup> a 4 m<sup>3</sup>;
- c) 08 (oito) cilindros com capacidade de 10 m<sup>3</sup>.

#### **4.4. Qualificação Técnica**

- a) Autorização de Funcionamento da empresa licitante junto a ANVISA;
- b) Deverá ser apresentado a Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA (AFE) para fabricação e/ou envasamento de gases medicinais.
- c) No caso de distribuidora de gases medicinais, a empresa participante deverá apresentar AFE do fabricante/ envasadora a qual a mesma representa, bem como declaração que ateste o fornecimento do produto a distribuidora/revendedora;
- d) Estando a Empresa em processo de renovação da autorização, é necessário o envio da publicação anterior e o protocolo de solicitação de acordo com a RDC 16/2014 art. 19 e 20º. (Essa RDC é exclusiva para a renovação de AFE de gases medicinais. De acordo com a Lei nº 13.043 de 13 de novembro de 2014, anexo II, a AFE de produtos para a saúde não tem mais vencimento).
- e) Apresentar Licença Sanitária Estadual ou Municipal;
- f) Licença Sanitária ou Alvará Sanitário da empresa licitante, expedida pelo Departamento de Vigilância Sanitária, devidamente atualizada, pertinente com o objeto licitado, autorizando exercer atividades de comercialização e ou fabricação/envasamento do objeto licitado/cotado.



## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DAS SOLUÇÕES

5.1. Para atendimento da necessidade de fornecimento contínuo, seguro e regular de oxigênio medicinal às unidades de saúde do Município de Iguaçu/PR, procedeu-se à análise das alternativas tecnicamente possíveis, juridicamente admitidas e operacionalmente viáveis, à luz das normas sanitárias, da legislação aplicável e da realidade estrutural da Administração Municipal.

5.2. Da análise realizada, constatou-se que não há, no âmbito da Administração Municipal, infraestrutura própria, capacidade técnica, licenciamento sanitário ou condições operacionais que permitam a produção, o envase, o armazenamento, a distribuição ou o controle de qualidade do oxigênio medicinal de forma direta, sendo tais atividades privativas de empresas especializadas, regularmente autorizadas pelos órgãos competentes, especialmente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

5.3. Verificou-se, ainda, que as exigências técnicas, sanitárias e regulatórias aplicáveis ao oxigênio medicinal, bem como os riscos assistenciais associados à descontinuidade do fornecimento, inviabilizam qualquer solução alternativa à contratação de terceiros, tais como execução direta, compartilhamento informal de infraestrutura ou soluções improvisadas, as quais se mostram juridicamente vedadas e tecnicamente incompatíveis com a segurança do serviço público de saúde.

5.4. Diante desse cenário, conclui-se que a contratação de empresa especializada para o fornecimento de oxigênio medicinal constitui a única solução viável, segura e legalmente admissível para atendimento da necessidade identificada, razão pela qual o presente Estudo Técnico Preliminar prossegue na análise da forma mais adequada de estruturação dessa contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### 5.5. Da forma da contratação

5.5.1. A forma de contratação adotada para atendimento da necessidade identificada no presente Estudo Técnico Preliminar será licitação, com posterior celebração de contrato administrativo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.5.2. A opção pela licitação decorre do fato de que o fornecimento de oxigênio medicinal constitui demanda contínua, previsível e permanente, indispensável à manutenção dos serviços públicos de saúde, sendo possível sua adequada estimativa quantitativa e financeira, o que permite planejamento prévio e contratação regular, afastando a utilização de instrumentos excepcionais.

5.5.3. O Sistema de Registro de Preços – SRP não será adotado, uma vez que não se trata de contratação eventual, futura ou incerta, mas de fornecimento regular e contínuo, com periodicidade definida de entregas e necessidade permanente de atendimento. A adoção do SRP, nesse contexto, não se mostra adequada sob o ponto de vista técnico nem gerencial, pois não agregaria ganhos de eficiência ou economicidade em relação à contratação direta por contrato administrativo.

5.5.4. A contratação por dispensa de licitação não se aplica ao caso concreto, uma vez que o valor estimado da contratação supera os limites legais previstos para dispensa, além de não se tratar de situação emergencial ou excepcional que justifique a adoção de procedimento simplificado.



5.5.5. O credenciamento também não se mostra aplicável à presente demanda, tendo em vista que o fornecimento de oxigênio medicinal exige organização logística, periodicidade definida de entregas, responsabilidade contratual única e gestão centralizada do fornecimento, características incompatíveis com o modelo de contratação por credenciamento, que pressupõe multiplicidade de prestadores e execução não excludente.

5.5.6. Diante disso, conclui-se que a realização de procedimento licitatório, com formalização de contrato administrativo, constitui a forma de contratação mais adequada, segura e eficiente para atendimento da necessidade identificada, assegurando a observância dos princípios da legalidade, da isonomia, da competitividade, do planejamento, da eficiência e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

6.1. A estimativa das quantidades necessárias para a presente contratação foi elaborada com base em critérios técnicos objetivos, considerando o histórico de consumo de oxigênio medicinal das unidades de saúde municipais, os registros administrativos disponíveis, as contratações anteriores, quando existentes, bem como a demanda assistencial regularmente observada pela Secretaria Municipal de Saúde.

6.2. Para fins de planejamento da contratação, foram considerados o perfil das unidades atendidas, a natureza dos serviços prestados, a utilização do oxigênio medicinal em atendimentos de urgência e emergência, procedimentos ambulatoriais, internações e demais atividades assistenciais que demandam suporte terapêutico com oxigênio, bem como a necessidade de manutenção de estoque mínimo de segurança para evitar risco de desabastecimento.

6.3. Diante da variabilidade inerente à demanda por oxigênio medicinal, especialmente em razão de fatores sazonais, aumento de atendimentos, intercorrências clínicas e eventos imprevisíveis, a estimativa de consumo foi definida de forma prudente e conservadora, com base na média histórica mensal acrescida de margem técnica de segurança, exclusivamente para fins de planejamento, dimensionamento do contrato e estimativa do valor da contratação.

6.4. Ressalta-se que as quantidades estimadas possuem caráter meramente estimativo, não constituindo, sob qualquer hipótese, obrigação de consumo mínimo, tampouco garantia de faturamento à futura contratada, sendo o fornecimento realizado conforme a demanda efetiva da Administração, nos termos da jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO
1	Carga	140	OXIGENIO MEDICINAL DE 0,3 A 1 M <sup>3</sup>
2	Carga	80	OXIGENIO MEDICINAL DE 1,5 A 4M <sup>3</sup>
3	Carga	200	OXIGENIO MEDICINAL 10 M <sup>3</sup>

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

7.1. O valor estimado da contratação perfaz o total de R\$ 90.567,60 (noventa mil, quinhentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Carga	140	OXIGENIO MEDICINAL DE 0,3 A 1 M³	R\$ 150,00	R\$ 21.000,00
2	Carga	80	OXIGENIO MEDICINAL DE 1,5 A 4M³	R\$ 168,12	R\$ 13.449,60
3	Carga	200	OXIGENIO MEDICINAL 10 M³	R\$ 280,59	R\$ 56.118,00
VALOR TOTAL MÁXIMO					R\$ 90.567,60

## 7.2. Da Pesquisa de Preços

7.2.1. A pesquisa de preços foi devidamente realizada, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de estimar o valor da contratação de forma justa, atualizada e compatível com os preços praticados no mercado. Para tanto, foram consideradas fontes diversas:

- a) Contratos e atas de registro de preços dos municípios de: Guairacá/PR; Nossa Senhora das Graças/PR; Rio Azul/PR e Laranjal/SC;
- b) Contrato vigente com a Prefeitura Municipal;
- c) Contratações similares obtidas no Banco de Preços;

7.2.2. Os preços obtidos foram analisados quanto à sua representatividade e aderência às especificações do objeto, sendo adotada a **MEDIANA** dos valores apurados como referência para o valor estimado da contratação. A documentação da pesquisa encontra-se anexada aos autos, contendo a identificação das fontes, datas, responsáveis e metodologia utilizada, de modo a assegurar a transparência, a rastreabilidade e a conformidade com os princípios da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

7.2.2.1. Responsável pela pesquisa de preços: Geovana Pereira da Silva

### MAPA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	GUAIRACÁ	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	RIO AZUL	ARANJAL	BANCO DE PREÇOS	CONTRATO ATUAL	MEDIANA
1	OXIGENIO MEDICINAL DE 0,3 A 1 M³	R\$ 177,41	R\$ 150,00	R\$ 137,45	R\$ 147,12	R\$ 163,30	R\$ 214,00	R\$ 150,00
2	OXIGENIO MEDICINAL DE 1,5 A 4M³	R\$ 210,00	R\$ 150,00	R\$ 150,15		R\$ 186,08	R\$ 250,00	R\$ 168,12
3	OXIGENIO MEDICINAL 10 M³	R\$ 329,00	R\$ 300,00	R\$ 230,00	R\$ 280,59	R\$ 276,50	R\$ 314,00	R\$ 280,59

## 7. JUSTIFICATIVA DA NÃO ADOÇÃO DO PARCELAMENTO

7.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto, desde que tal medida seja técnica e economicamente viável e não comprometa a execução adequada da contratação. No caso do fornecimento de oxigênio medicinal, a análise técnica realizada demonstra que o parcelamento do objeto não se revela viável nem recomendável.



7.2. O fornecimento de oxigênio medicinal às unidades de saúde do Município será realizado com periodicidade mínima de 01 (uma) entrega semanal, de modo a assegurar a continuidade do atendimento assistencial e a manutenção de estoque adequado para absorver variações de demanda. Trata-se, portanto, de fornecimento regular, contínuo e com logística previamente definida.

7.3. Registre-se que não existe empresa fornecedora de oxigênio medicinal sediada no Município, sendo o atendimento da demanda realizado por empresas localizadas em outros municípios ou regiões. Tal circunstância impõe custos logísticos relevantes e exige planejamento rigoroso de rotas, prazos e volumes de entrega.

7.4. A eventual divisão do objeto entre diferentes empresas fornecedoras, com a atribuição de itens distintos a cada contratada, mostraria-se logística e operacionalmente inviável, uma vez que implicaria o deslocamento simultâneo ou alternado de múltiplos fornecedores ao Município para atendimento de uma mesma demanda semanal, sem ganho de eficiência ou economicidade.

7.5. Além da inviabilidade logística, o parcelamento do objeto acarretaria:

- a) aumento dos custos operacionais e administrativos;
- b) maior complexidade na gestão e fiscalização contratual;
- c) risco de desencontro de entregas e desabastecimento das unidades de saúde;
- d) fragmentação de responsabilidades sanitárias e contratuais;
- e) comprometimento da continuidade e da segurança do fornecimento.

7.6. Importa destacar que o objeto da contratação apresenta natureza indivisível, uma vez que o fornecimento de oxigênio medicinal constitui um ciclo operacional único, envolvendo produção ou envase, transporte, entrega programada e controle sanitário, não sendo tecnicamente recomendável a sua fragmentação sem prejuízo à eficiência e à segurança do serviço público de saúde.

7.7. A não adoção do parcelamento, portanto, não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária e proporcional para assegurar a execução regular, eficiente e segura do fornecimento de oxigênio medicinal, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade, da continuidade do serviço público e do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **7.8. Da não adoção de cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

7.8.1. Nos termos do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, o tratamento diferenciado às Microempresas – ME e às Empresas de Pequeno Porte – EPP, por meio da reserva de cotas, não se aplica quando o objeto da contratação apresentar natureza indivisível ou quando a divisão do objeto se mostrar técnica ou economicamente inviável.

7.8.2. No caso da presente contratação, o objeto compreende o fornecimento contínuo e integrado de oxigênio medicinal, com entregas semanais programadas, envolvendo logística especializada, controle sanitário rigoroso, rastreabilidade do produto e responsabilidade técnica única, características que evidenciam sua natureza indivisível.





7.8.3. A eventual adoção de cotas, com a divisão do fornecimento entre múltiplos fornecedores, implicaria a realização de entregas paralelas por diferentes empresas no Município, o que se mostra operacionalmente inviável, especialmente diante da inexistência de empresa fornecedora de oxigênio medicinal sediada localmente, acarretando aumento de custos logísticos, complexidade administrativa e risco de falhas no abastecimento.

7.8.4. Ademais, a fragmentação do objeto comprometeria a segurança sanitária do fornecimento, ao dificultar o controle da origem do produto, a padronização dos processos, a rastreabilidade dos lotes e a definição clara de responsabilidades técnicas, em desacordo com as exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e com as boas práticas aplicáveis ao fornecimento de oxigênio medicinal.

7.8.5. Ressalte-se que o afastamento da reserva de cotas não configura restrição indevida à competitividade, mas medida necessária, proporcional e devidamente justificada, adotada com fundamento em critérios técnicos e operacionais, visando assegurar a continuidade, a eficiência e a segurança do serviço público de saúde.

7.8.6. Diante do exposto, resta tecnicamente e juridicamente justificada a não adoção de cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na presente contratação, em razão da natureza indivisível do objeto, da inviabilidade logística da fragmentação e da necessidade de preservação da segurança sanitária e do interesse público, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021.

## **8. DEMONSTRAÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

8.1. A solução definida no presente Estudo Técnico Preliminar consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo, regular e seguro de oxigênio medicinal às unidades de saúde do Município, com entregas semanais programadas, observância integral das normas sanitárias e garantia de qualidade, rastreabilidade e segurança do produto.

8.2. De forma integrada, a solução proposta assegura o atendimento das necessidades assistenciais da rede municipal de saúde, viabilizando a realização de atendimentos de urgência e emergência, internações, procedimentos ambulatoriais e demais serviços que dependem diretamente do uso de oxigênio medicinal como insumo essencial à preservação da vida e à recuperação da saúde dos pacientes.

8.3. A contratação centralizada e indivisível do fornecimento permite maior eficiência logística, redução de riscos de desabastecimento e definição clara de responsabilidades contratuais e sanitárias, assegurando que o Município disponha de um único fornecedor responsável pelo cumprimento integral das obrigações técnicas, operacionais e regulatórias, em benefício da segurança assistencial da população.

8.4. Do ponto de vista do interesse público, a solução adotada garante a continuidade de serviço público essencial, cuja interrupção é juridicamente vedada e socialmente inaceitável, evitando prejuízos diretos à saúde da população, especialmente de pacientes em situação de vulnerabilidade,



usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e cidadãos que dependem exclusivamente da rede pública municipal.

8.5. A solução também contribui para a eficiência da gestão pública, ao permitir planejamento adequado do consumo, controle efetivo das entregas, fiscalização contínua da execução contratual e mitigação de riscos sanitários e administrativos, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a observância dos princípios da economicidade e da eficiência.

8.6. Sob o aspecto sanitário e regulatório, a contratação de empresa especializada, devidamente autorizada pelos órgãos competentes, garante que o oxigênio medicinal fornecido atenda aos padrões de qualidade e segurança exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, protegendo a saúde dos usuários e dos profissionais da saúde envolvidos no atendimento.

8.7. Dessa forma, a solução delineada no presente Estudo Técnico Preliminar demonstra-se adequada, necessária e plenamente alinhada ao interesse público, por assegurar a proteção da vida, a continuidade dos serviços de saúde, a segurança sanitária e o atendimento digno à população do Município, atendendo às finalidades sociais da Administração Pública e às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

## 9. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

9.1. Embora o objeto da contratação consista no fornecimento de oxigênio medicinal, insumo essencial à prestação dos serviços públicos de saúde, a execução do contrato pode gerar impactos ambientais indiretos, especialmente relacionados às etapas de transporte, armazenamento e manuseio dos recipientes utilizados para acondicionamento do produto, os quais devem ser devidamente identificados e mitigados.

### 9.2. Possíveis Impactos Ambientais

A execução do fornecimento pode acarretar, de forma indireta, os seguintes impactos ambientais potenciais:

- a) emissão de gases poluentes decorrentes do transporte rodoviário dos cilindros de oxigênio até o Município;
- b) risco ambiental associado ao armazenamento inadequado ou ao manuseio incorreto de cilindros, com possibilidade de vazamentos ou acidentes, ainda que o oxigênio não seja classificado como poluente;
- c) geração de resíduos decorrentes da manutenção, substituição ou descarte de componentes associados aos recipientes de armazenamento, como válvulas, lacres e embalagens;
- d) aumento da circulação de veículos de carga no território municipal, com reflexos pontuais sobre o tráfego e o consumo de combustível.

### 9.3. Medidas Mitigadoras

Para mitigação dos impactos ambientais identificados, deverão ser adotadas, obrigatoriamente, as seguintes medidas:

- a) exigência de que o transporte do oxigênio medicinal seja realizado por veículos adequados, regularmente licenciados e em conformidade com a legislação de trânsito e ambiental vigente;



- b) cumprimento das normas técnicas e de segurança aplicáveis ao armazenamento e ao manuseio de cilindros de oxigênio medicinal, reduzindo riscos de acidentes e vazamentos;
- c) responsabilidade da empresa contratada pela manutenção, substituição e destinação ambientalmente adequada de componentes e materiais associados aos recipientes de armazenamento;
- d) planejamento logístico das entregas, com periodicidade definida, de modo a reduzir deslocamentos desnecessários e otimizar o consumo de combustível;
- e) fiscalização contínua da execução contratual por servidor designado, com verificação do cumprimento das obrigações ambientais, operacionais e sanitárias;
- f) previsão contratual de penalidades em caso de descumprimento das obrigações ambientais e de segurança, sem prejuízo das demais sanções administrativas cabíveis.

#### 9.4. Conclusão

A identificação prévia dos possíveis impactos ambientais e a definição de medidas mitigadoras demonstram que a solução adotada foi planejada de forma responsável e preventiva, sendo os impactos ambientais associados à contratação considerados pontuais, indiretos e plenamente mitigáveis, não se sobrepondo à relevância social do objeto, consistente na garantia de fornecimento de insumo essencial à preservação da vida e à saúde da população.

#### 10. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA SOLUÇÃO – CONCLUSÃO

10.1. Com base nas análises técnicas, operacionais, econômicas, jurídicas e sanitárias desenvolvidas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, declara-se plenamente viável a solução proposta, consistente na contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo, regular e seguro de oxigênio medicinal, com disponibilização de cilindros em regime de comodato, destinados ao atendimento das unidades de saúde do Município de Iguaçu/PR.

10.2. A necessidade da contratação encontra-se devidamente caracterizada e justificada, decorrendo de obrigação constitucional e legal do Município de assegurar a continuidade dos serviços públicos de saúde, nos termos dos arts. 196 e 197 da Constituição Federal, da Lei nº 8.080/1990 e da Lei nº 14.133/2021, tratando-se o oxigênio medicinal de insumo essencial, crítico e indispensável à preservação da vida e à assistência à saúde da população.

10.3. Restou demonstrado que o Município não dispõe de meios próprios, infraestrutura, licenciamento sanitário ou capacidade técnica para a produção, envase, armazenamento e distribuição de oxigênio medicinal, atividades que exigem autorização específica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e rigoroso controle técnico e sanitário, o que inviabiliza a execução direta do objeto pela Administração.

10.4. O levantamento de mercado evidenciou que não há alternativa tecnicamente viável, juridicamente admissível ou sanitariamente segura à contratação de empresa especializada, devidamente autorizada pelos órgãos competentes, sendo esta a única solução capaz de garantir o fornecimento ininterrupto, com qualidade, rastreabilidade e segurança, compatível com as necessidades da rede municipal de saúde.



10.5. A solução adotada apresenta compatibilidade com o mercado fornecedor, admite especificações técnicas objetivas, possui viabilidade operacional e econômica e permite a realização de procedimento licitatório, com celebração de contrato administrativo, afastando-se a adoção de dispensa, credenciamento ou Sistema de Registro de Preços, conforme devidamente justificado neste estudo.

10.6. Os possíveis impactos ambientais associados à execução contratual foram identificados como indiretos e plenamente mitigáveis, tendo sido previstas medidas de controle e mitigação adequadas, não se sobrepondo, em qualquer hipótese, à relevância social do objeto, voltado à proteção da saúde e da vida da população.

10.7. A solução proposta assegura a continuidade de serviço público essencial, reduz riscos assistenciais, fortalece a segurança sanitária, permite adequada gestão contratual e promove a observância dos princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da segurança jurídica e do interesse público, conforme o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

10.8. Diante do exposto, declara-se viável, necessária e recomendável a contratação da solução descrita neste Estudo Técnico Preliminar, devendo o processo seguir para as etapas subsequentes, com a elaboração do Termo de Referência e a deflagração do procedimento licitatório correspondente, em estrita observância à legislação vigente.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026

EDITAL DE PREGÃO Nº 011/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO

## ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes)

(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2026 em epigrafe que tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de oxigênio medicinal, compreendendo a recarga, o fornecimento e a entrega de oxigênio medicinal em cilindros, com disponibilização dos respectivos cilindros em regime de comodato, destinados ao atendimento das unidades de saúde do Município, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e condições estabelecidas neste instrumento, e conforme segue:

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Marca	Valor Por Item	Valor Total

Valor total:

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias**, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa  
(Nome Legível/Cargo)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026

EDITAL DE PREGÃO Nº 011/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO

## ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(uso obrigatório por todas as licitantes)

(papel timbrado da licitante)

À Pregoeira e equipe de apoio,

Prefeitura Municipal de Iguaçu, Estado do Paraná

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

( ) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

\*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

1) Declaramos estarmos cientes e concordarmos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, respondendo pela veracidade das informações prestadas na forma da lei, conforme [art. 63, inciso I e §1º da Lei nº 14.133/21](#).

2) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

3) Declaramos não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).

4) Declaramos cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

6) Declaramos para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do §1º, do artigo 9º da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

7) Declara que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura de Iguaçu ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e que deles não somos cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8) Declaramos para os devidos fins de direito, que nos comprometemos a atender a todos os termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e suas atualizações, realizando o tratamento dos dados pessoais, tanto em meio físico como digital, seja de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

8.21. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

9) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato.**

10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

12) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/Contrato**, referente ao **Pregão Eletrônico Nº xx/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 025/2026

EDITAL DE PREGÃO Nº 011/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO

## ANEXO IV – MODELO DA MINUTA CONTRATUAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU**, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Centro, CEP: 86.750-000, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.772.525/0001-44, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, senhor \_\_\_\_\_, doravante designado CONTRATANTE, e \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediado na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, neste ato representado por \_\_\_\_\_, residente a Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Centro, CEP: \_\_\_\_\_, Estado do \_\_\_\_\_, doravante designado CONTRATADO.

Em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo administrativo licitatório nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, mediante as cláusulas e condições a seguir.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de oxigênio medicinal, compreendendo a recarga, o fornecimento e a entrega de oxigênio medicinal em cilindros, com disponibilização dos respectivos cilindros em regime de comodato, destinados ao atendimento das unidades de saúde do Município, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e condições estabelecidas neste instrumento.

#### **1.2. Objeto da contratação:**

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Carga	140	OXIGENIO MEDICINAL DE 0,3 A 1 M³		
2	Carga	80	OXIGENIO MEDICINAL DE 1,5 A 4M³		
3	Carga	200	OXIGENIO MEDICINAL 10 M³		
VALOR TOTAL MÁXIMO					

**1.3.** Vinculam a esta contratação, independente de transcrição:

- a) Termo de Referência;
- b) Edital de Licitação;
- c) A proposta do contratado;
- d) Anexos dos documentos supracitados;

### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** O prazo de vigência do contrato administrativo decorrente desta licitação será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente por até 10 (dez) anos, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, mantidas as condições inicialmente pactuadas e assegurada a disponibilidade orçamentária.



## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

3.1. A execução contratual compreenderá o fornecimento contínuo e regular de oxigênio medicinal, mediante entregas semanais programadas, bem como entregas emergenciais sempre que necessário, de modo a assegurar o atendimento ininterrupto das unidades de saúde municipais e evitar qualquer risco de desabastecimento.

3.2. As entregas serão realizadas conforme solicitação da Administração, observadas as necessidades assistenciais e o consumo efetivo das unidades de saúde, devendo a contratada manter capacidade logística e operacional suficiente para atendimento integral da demanda, inclusive em situações excepcionais ou de aumento imprevisto de consumo.

3.3. Para a adequada execução do objeto, a contratada deverá disponibilizar, em regime de comodato, os cilindros necessários ao armazenamento e à utilização do oxigênio medicinal, responsabilizando-se integralmente pela manutenção, substituição, certificação, segurança e conformidade técnica dos recipientes.

3.4. Deverão ser disponibilizados, no mínimo, os seguintes cilindros em comodato:

- a) 02 (dois) cilindros com capacidade de 0,3 m<sup>3</sup> a 1 m<sup>3</sup>;
- b) 08 (oito) cilindros com capacidade de 1,5 m<sup>3</sup> a 4 m<sup>3</sup>;
- c) 08 (oito) cilindros com capacidade de 10 m<sup>3</sup>.

3.5. Os cilindros deverão estar em perfeitas condições de uso, devidamente identificados, certificados e em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes, sendo vedado o fornecimento de recipientes avariados, vencidos ou em desacordo com as exigências da ANVISA e demais órgãos competentes.

3.6. A contratada deverá proceder à substituição imediata dos cilindros vazios por cilindros cheios, sempre que solicitado pela Administração, garantindo a continuidade do fornecimento e a manutenção de estoque mínimo de segurança nas unidades de saúde.

3.7. O descumprimento dos prazos de entrega, inclusive em situações emergenciais, ou o fornecimento em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.

3.8. Nas hipóteses de necessidade emergencial, caracterizadas por risco iminente de desabastecimento ou comprometimento do atendimento assistencial, a contratada deverá realizar a entrega do oxigênio medicinal no prazo máximo de até 12 (doze) horas, contadas a partir da solicitação formal da Administração, independentemente da programação regular de entregas semanais.

3.9. A licitante vencedora será a única e exclusiva responsável pela qualidade do oxigênio medicinal fornecido, bem como pela conformidade dos cilindros disponibilizados em regime de comodato, respondendo integralmente pelo atendimento às especificações técnicas, sanitárias e regulatórias exigidas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

3.10. O oxigênio medicinal e/ou os cilindros fornecidos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, caso estejam em desacordo com as especificações técnicas, sanitárias ou operacionais estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato administrativo, ficando a Contratada obrigada a substituir o produto e/ou os recipientes irregulares, às suas expensas, sempre que constatada qualquer inconformidade.

3.10.1. Caso o oxigênio medicinal seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos ou em quantidade inferior à solicitada, a Contratada deverá proceder à substituição ou complementação no



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da comunicação formal da Administração, sem prejuízo do atendimento emergencial quando caracterizada situação de risco de desabastecimento.

3.11. O não atendimento à substituição ou correção no prazo estabelecido caracterizará atraso na execução contratual, sujeitando a Contratada à aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.

3.12. A Contratada responderá integralmente, nas esferas civil, administrativa e penal, por todo e qualquer dano causado ao Município, a seus servidores, usuários do Sistema Único de Saúde – SUS ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão relacionada ao fornecimento, transporte, armazenamento, manuseio e qualidade do oxigênio medicinal, bem como à utilização de cilindros inadequados, defeituosos ou em desacordo com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

3.12.1. Tal responsabilidade abrange, inclusive, mas não se limita a falhas de qualidade do produto, descumprimento das normas da ANVISA, irregularidades nos recipientes, riscos à segurança assistencial, desabastecimento, atrasos injustificados ou qualquer outra deficiência que comprometa a continuidade e a segurança do atendimento em saúde, não cabendo à Administração Pública qualquer responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes.

3.13. A Contratada deverá fornecer o oxigênio medicinal e disponibilizar os cilindros em regime de comodato em estrita conformidade com as especificações técnicas, sanitárias e quantitativas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como com as solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo vedada qualquer alteração de características, padrões de qualidade, volumes ou formas de acondicionamento sem prévia e expressa autorização da Administração.

3.14. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o oxigênio medicinal e/ou os cilindros fornecidos em desacordo com este Termo de Referência. Constatada, a qualquer tempo, inclusive após o recebimento provisório ou durante a utilização, a existência de defeitos, inconformidades técnicas, irregularidades sanitárias ou inadequação dos recipientes, a Contratada será formalmente notificada para promover as correções necessárias, no prazo fixado pela Administração.

3.15. O oxigênio medicinal e/ou os cilindros fornecidos em desacordo com o solicitado deverão ser substituídos ou regularizados, às expensas da Contratada, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da notificação da Secretaria Municipal de Saúde, sob pena de suspensão dos pagamentos correspondentes e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

3.16. Independentemente do recebimento definitivo, a Contratada deverá assegurar a qualidade, pureza e segurança do oxigênio medicinal fornecido, obrigando-se a substituir, sem qualquer ônus adicional para a Administração, o produto ou os cilindros que apresentarem falhas, defeitos, irregularidades sanitárias, vícios ou descumprimento das normas da ANVISA, durante toda a vigência contratual.

## **3.6. Da Fiscalização**

3.6.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração Municipal, por meio de fiscal(is) do contrato e respectivos substitutos, formalmente designados, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais e legais assumidas pela Contratada.

## **3.7. Fiscalização Técnica**

3.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



3.7.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#))

3.7.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.7.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.7.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **3.8. Fiscalização Administrativa**

3.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

3.8.3. O fiscal Administrativo é João Vitor de Oliveira Andrade – Diretor do Departamento Municipal de Administração e Programa de Atenção Básica em Saúde, matrícula 1201.

### **3.9. Gestor do Contrato**

3.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.9.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

3.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.9.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

3.9.8. Fica nomeado como gestor contratual a Sr. Valdemir Santo Canavezi Junior, matrícula 599, Secretário Municipal de Saúde.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação.

## **CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO**

5.1. O valor total do contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ .

## **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

### **Do Recebimento**

6.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

6.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

6.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

6.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

6.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

6.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.8.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

6.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.7. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

6.16. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após o aceite da nota fiscal eletrônica e atesto de entrega dos produtos acompanhados obrigatoriamente de Certidões Negativas de FGTS/UNIFICADA, Certidão Negativa de Tributos Municipais (para empresas sediadas no Município de Iguaçu) e pelo termo de Recebimento assinado por Servidor designado pela Administração deste Município.

6.16.1. O prazo mencionado refere-se à documentação apresentada sem incorreções. No caso de documentação apresentada com incorreções ou com prazo de validade vencido os mesmos serão devolvidos à contratada para nova apresentação.

6.16.2. É de Obrigatoriedade da empresa contratada ao emitir a(s) Notas(s) Fiscal(is), conforme Solicitação(ões) de despesa(s), Enviar para o e-mail da secretaria responsável para o devido empenho: [compras@iguaracu.pr.gov.br](mailto:compras@iguaracu.pr.gov.br)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

6.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

## **Forma de pagamento**

6.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

### 7.1. São obrigações do CONTRATANTE:

7.1.1 Proporcionar todas as condições administrativas, operacionais e institucionais necessárias para que a Contratada possa fornecer o oxigênio medicinal de forma regular, contínua e segura, em conformidade com as especificações técnicas, normas sanitárias, disposições deste Termo de Referência e do instrumento contratual.

7.1.2. Indicar e disponibilizar local adequado, seguro e acessível para o recebimento, armazenamento temporário e manuseio dos cilindros de oxigênio medicinal, observadas as normas da ANVISA, do Corpo de Bombeiros e demais regulamentos técnicos aplicáveis.

7.1.3. Formalizar as solicitações de fornecimento, inclusive as demandas emergenciais, por meio de comunicação oficial, indicando quantitativos, prazos e local de entrega, a fim de evitar descontinuidade no abastecimento.

7.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o oxigênio medicinal e/ou os cilindros fornecidos em desacordo com as especificações técnicas, quantitativos, prazos ou condições contratuais, notificando formalmente a Contratada para adoção das providências corretivas cabíveis, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas.

7.1.5. Efetuar o pagamento devido à Contratada de forma pontual, após a regular liquidação da despesa, condicionada à comprovação do efetivo fornecimento do oxigênio medicinal, à conferência quantitativa e qualitativa do produto entregue, bem como à apresentação da documentação fiscal regular.

7.1.6. Exercer a fiscalização permanente da execução contratual, acompanhando o fornecimento do oxigênio medicinal, a regularidade das entregas semanais e emergenciais, bem como as condições dos cilindros fornecidos em regime de comodato.

7.1.7. Designar formalmente fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, responsável pelo acompanhamento da execução contratual, registro de ocorrências, solicitação de providências corretivas e comunicação à autoridade competente em caso de irregularidades.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

7.1.8. Fornecer à Contratada todas as informações, orientações e documentos necessários à adequada execução do contrato, inclusive quanto aos protocolos internos da Secretaria Municipal de Saúde e às normas aplicáveis ao fornecimento de oxigênio medicinal.

7.1.9. Proceder ao recebimento provisório e definitivo do objeto, após verificação da conformidade do oxigênio medicinal fornecido e dos cilindros disponibilizados em comodato com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

7.1.10. Analisar, aprovar e atestar as notas fiscais/faturas apresentadas pela Contratada, desde que devidamente acompanhadas da comprovação do fornecimento, bem como da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida em lei.

7.1.11. Comunicar formalmente à Contratada qualquer anormalidade, inconsistência ou irregularidade identificada no fornecimento do oxigênio medicinal ou nas condições dos cilindros, adotando as medidas necessárias para resguardar o interesse público e a continuidade do atendimento em saúde.

7.1.12. Comunicar à autoridade competente a necessidade de aplicação de sanções administrativas sempre que constatado descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

8.1. Fornecer o oxigênio medicinal sempre que demandada pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante Autorização de Fornecimento, observando rigorosamente as especificações técnicas, sanitárias e quantitativas previstas neste Termo de Referência.

8.2. Fornecer oxigênio medicinal em plenas condições de uso, dentro dos padrões de qualidade exigidos pela ANVISA, com rastreabilidade, identificação de lote, validade e responsabilidade técnica.

8.3. Realizar, sem qualquer ônus para o Município, a substituição do oxigênio medicinal e/ou dos cilindros que apresentarem inconformidades, defeitos, irregularidades técnicas ou sanitárias, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou em prazo inferior quando caracterizada situação emergencial.

8.4. Assumir integral e exclusivamente todos os custos e encargos necessários à execução do objeto, incluindo tributos, taxas, seguros, transporte, logística, manutenção dos cilindros em comodato, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

8.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao Município, aos usuários do SUS ou a terceiros, decorrentes do fornecimento inadequado de oxigênio medicinal ou do uso de cilindros irregulares, isentando integralmente a Administração de quaisquer ônus.

8.6. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e sanitária, inclusive autorizações da ANVISA.

8.7. Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar o objeto, salvo autorização expressa da Administração.

8.8. Garantir que eventual inadimplência relativa a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais não será transferida à Administração Pública.

8.9. Atender prontamente às determinações da Administração, permitindo e facilitando a fiscalização do fornecimento

8.10. Comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa comprometer a execução contratual ou o abastecimento.

8.11. Indicar formalmente preposto responsável pela execução contratual e pelo recebimento de comunicações oficiais.

8.12. Cumprir integralmente a legislação trabalhista e demais normas legais aplicáveis.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

8.13. Permanecer como única e exclusiva responsável pela execução integral do objeto contratado, não podendo transferir responsabilidades técnicas, operacionais ou legais a terceiros.

## **CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

10.1. O presente contrato extinguir-se-á automaticamente com o término do prazo de vigência previsto na Cláusula Segunda, após a execução integral do objeto, liquidação da despesa e prestação de contas, ressalvadas as responsabilidades posteriores eventualmente apuradas.

10.2. O contrato poderá ser rescindido antecipadamente, nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 141 da Lei nº 14.133/2021, em especial:

- i. por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;
- ii. por iniciativa da Administração, de forma unilateral e motivada, nos casos de interesse público superveniente, inadimplemento contratual ou demais hipóteses legais;
- iii. por iniciativa da CONTRATADA, nas hipóteses em que o cumprimento do contrato se tornar impossível por fato imputável à CONTRATANTE;
- iv. por ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e impeditivos da execução

10.3 A rescisão contratual será formalizada por despacho fundamentado da autoridade competente, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.4. Na hipótese de rescisão contratual com execução parcial do objeto, a CONTRATADA fará jus ao pagamento proporcional aos serviços efetivamente prestados e aceitos pela Administração, descontados eventuais prejuízos causados.

10.5. A rescisão não exime a CONTRATADA de responder por perdas e danos decorrentes de sua culpa ou dolo, bem como pelo ressarcimento de valores recebidos indevidamente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REAJUSTES E ALTERAÇÕES**

11.1. O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo ou apostilamento, desde que devidamente justificado, autorizado pela autoridade competente e formalizado nos autos do processo administrativo.

11.2. As alterações quantitativas ou qualitativas do objeto somente serão admitidas quando:

- I. houver necessidade de modificação das especificações técnicas, para melhor adequação ao interesse público e às finalidades do fornecimento;
  - II. for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimos ou supressões quantitativas do objeto, observados os limites legais;
  - III. ocorrerem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que ensejem a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
  - IV. houver necessidade de ajuste do cronograma de fornecimento, sem descaracterização do objeto;
  - V. houver necessidade de adequação das condições de execução ou pagamento, desde que não implique prejuízo à Administração.
- 11.3. O reajuste dos preços contratados será admitido após o interregno



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, nos termos do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

11.3. O reajuste será calculado com base na variação do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, aplicável aos contratos de fornecimento de bens, salvo se outro índice mais específico e tecnicamente justificado for previsto no edital ou no contrato.

11.4. Fica assegurado o direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, podendo ser concedida recomposição extraordinária sempre que comprovado desequilíbrio decorrente de fatos supervenientes.

11.5. As alterações contratuais que não implicarem modificação do valor global do contrato ou do objeto poderão ser formalizadas por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, após o prazo legal para liquidação e pagamento da despesa, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente, desde a data em que o pagamento deveria ter sido efetuado até a data do efetivo pagamento.

11.7. A atualização monetária prevista no item anterior será calculada com base na variação do IPCA, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, pro rata die, ou outro percentual que venha a ser estabelecido em legislação superveniente aplicável.

11.8. A atualização por atraso no pagamento não exime a Contratada do cumprimento regular das obrigações contratuais, nem autoriza a suspensão do fornecimento do oxigênio medicinal, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e mediante prévia comunicação formal à Administração.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nos orçamentos:

**521 – 12.002.10.301.0010.2044.33.90.30.00.00**

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Astorga para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAÇU

---

Nome  
Cargo  
Contratada

---

Cláudio Aparecido Bernin  
Prefeito Municipal  
Contratante

---

Nome  
CPF  
Testemunha 01

---

Nome  
CPF  
Testemunha 02